Estigma⁽¹⁾

Abel Holtz

Há algum tempo as nossas hidrelétricas estão sendo estigmatizadas e tidas como destruidoras do meio ambiente, como defendem alguns interessados ao impedir sua implantação.

A natureza com toda sua força, parece estar dando uma lição contrária a estas afirmativas quando se verifica que nos locais onde estão implantadas as hidroelétricas, como na Amazônia Brasileira e mesmo no Pantanal, não existem queimadas decorrentes da produção de energia, vez que são bem fiscalizadas, benefício oriundo de sua implantação.

Assim, podemos afirmar com certa veemência que em vez de serem propulsoras a degradação do meio ambiente elas estão sendo vetores insofismáveis de sua conservação e desenvolvimento social regional, pois em seu entorno foram criadas cidades, fazendas de peixes, sistemas de irrigação para culturas de frutas, hortaliças, criação de gado que alimentam a população das regiões e executam replantio de florestas. Passada a euforia do descredito quando da cogitada implantação, uma vez implantadas e operadas, criam-se empregos também. Os exemplos são inúmeros no nosso querido País.

A hidrelétrica mais rica para estes exemplos é a Usina Binacional de Itaipu onde todos estes citados benefícios se encontram disponíveis e acrescentaria o desenvolvimento de energia renovável, biomassa (através do biometano), desenvolvimento de carros elétricos, instalação de uma Universidade, propicia a agricultura regional, etc., sem esquecer a sua importância na composição da matriz de geração e sobretudo assegurando o suprimento da região sul-sudeste-centro-oeste, para onde sua produção é prioritariamente destinada.

Entretanto, estamos há poucos meses da renegociação do Tratado Binacional com o Paraguai versado sobre a operação e deste imenso patrimônio no qual somos sócios em partes iguais e submetidos as Acordo Binacional negociado entre os dois Países vizinhos sempre sem grandes atritos, parece que o tema está na gaveta do lado brasileiro.

Apesar disso, transcorre no lado Paraguai como publicados na imprensa local, certo descontentamento de toda natureza o que tem criado um ambiente hostil a Renegociação em agosto de 2023. Do lado Brasileiro lentamente no seio do governo federal, onde se inclui o legislativo uma certa parcimônia quanto a Renegociação do Referido Tratado que por ter regras sobre nacionais deverá ter o concurso do Legislativo de ambos os Países também, o tema está sendo visto como natural a permanência do *status quo*.

Muito provavelmente a Renegociação do Tratado Binacional deverá ser precedida de uma Auditoria Internacional para, percorrendo o que foi combinado como estabelecido no Tratado e tendo recebido dos Bancos credores a confirmação do pagamento total da dívida contraída para sua construção, as autoridades de ambos os Países estarão aptas a iniciar as renegociações.

Cabe registrar que a Renegociação do Tratado Binacional não estará restrita apenas ao "Anexo C", ao próprio texto e aos demais anexos inclusive ao "Anexo A" que tinha

como uma das obrigações a construção de Eclusas, obrigação estabelecida que até o momento não se sabe se irá ser cumprida ou não. A depender de negociação que venha a ser feita, poderão serem construídas até do mesmo jeito que as pontes o foram.

Considerando o que se poderia depreender se a eventual Auditoria Independente viesse a confirmar a quitação do total da dívida, hoje agregada ao Fundo de Itaipu na Eletrobras – responsável pelo pagamento – , a eventual utilização dos recursos que hoje são coletados pelas distribuidoras do sul-sudeste -centro-oeste por força legal, e são usados para pagamento da dívida contraída para sua construção, cerca de US\$1 bilhão de dólares anuais não mais precisariam ser recolhidos. Aparentemente será uma nova judicialização.

Se vier a ser reestudado o assunto do lado brasileiro, o valor que antes era dirigido ao pagamento da dívida poderia ser utilizado para o benefício dos consumidores das citadas regiões com decréscimo nas tarifas para a venda da parcela energia produzida a preços inferiores aos atuais, hipótese que traria um problema a mais para o Setor Elétrico Brasileiro como um todo, momento em que a curva da economia estará em crescimento, em meio a retomada da economia, as demais regiões poderiam estar fora do benefício e sendo prejudicadas.

Outro aspecto que tem sido suscitado na imprensa, seria ligar estes recursos de Itaipu à construção do programa nuclear brasileiro. Ao utilizar as futuras “sobras” teria de submeter a ideia aos Acordos Binacionais que continuariam válidos e nada tem a ver um com o outro. Mesmo assim, se considerada esta hipótese, ela necessitaria que antes de executá-la a Eletrobras já tivesse desmembrado sua participação na Eletronuclear e na Itaipu Binacional, bem como absorvendo sócios privados.

Intenção que poderia ser válida para facilitar a finalização de usina de Angra 3 e dar continuidade ao nosso programa nuclear, mas, para tanto deveriam ser criadas entes encarregados de gerir as usinas binacionais que não estão restritas a Itaipu e o programa nuclear. Pois, no caso das binacionais existem outras como a da Bolívia – em estudo de pré-viabilidade-, as usinas de Panambi e Garabi com a Argentina arrastando-se há anos. Não se esquecendo dos estudos feitos para construção de 7 (sete) hidrelétricas binacionais no Peru. Ressalte-se que em qualquer dos casos citados existem prevalências de Acordos e Regramento Internacional que terão que ser seguidos.

Por fim, cabe voltar nossas vistas para as hidrelétricas no território nacional e, a despeito do potencial remanescente ser maior que 52 GW, devíamos dar curso imediatamente a viabilização das UHE's Bem Querer de 650 MW, Castanheira de 140 MW, Tabajara de 430 MW e São Roque de 321MW que já estão com estudos de viabilidade prontos e a de São Roque já está com 80% da construção realizada, esta ação seria uma passo normal para continuar a manter nossa matriz de energia a mais limpa do mundo.

Seguir estudando os demais aproveitamentos disponíveis de energia limpa renovável e que assegura a existência das fontes solares e eólicas deveria ser um programa de Governo.

(1) Artigo publicado na Agência CanalEnergia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53150574/estigma>. Acesso em 19 de outubro de 2020.